



a Voz do Operário

INFORMAÇÃO com CLASSE

Fundado em 11 de outubro de 1879 pelos operários manipuladores do tabaco
ANO 141 NÚMERO 3078 MENSÁRIO PREÇO €0,50 PORTE PAGO CABO RUIVO - TAXA PAGA
MAIO 2020 DIRETOR DOMINGOS LOBO JORNAL REGIONAL DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA



ENTREVISTA

Isabel Camarinha

Foi eleita secretária-geral da CGTP-IN no congresso que se realizou em fevereiro. Passado poucas semanas, o país via as primeiras restrições. À frente da maior central sindical portuguesa, Isabel Camarinha fala sobre o 1.º de Maio, a atual situação do país e da luta dos trabalhadores perante a avalanche de abusos laborais. **págs. 8 e 9**

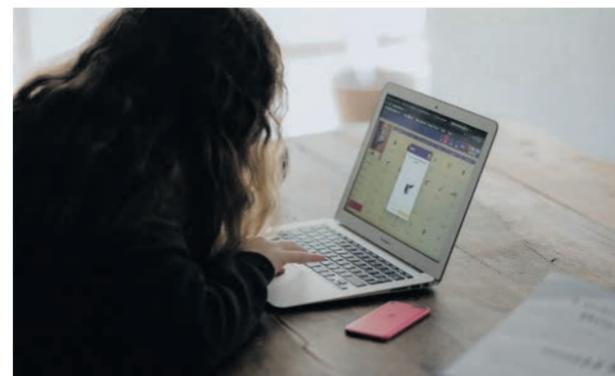


TRABALHO

Trabalhadores não aceitam 1º de Maio fora das ruas

A poucos dias do 1.º de Maio, a polémica instala-se: deve o dia ser assinalado nas ruas ou apenas simbolicamente? Com mais de um milhão de trabalhadores com cortes salariais, o número de desempregados a disparar

e denúncias de ilegalidades em milhares de empresas, a CGTP-IN - que tem visto o número de sindicalizados a aumentar - não tem dúvidas: respeitando todas as regras sanitárias, o 1.º de Maio tem de ser na rua. **pág. 12**



A VOZ DO OPERÁRIO

Construir uma escola à distância

Agora, à distância, professores, alunos e pais do 2.º ciclo dão o seu melhor para construir coletivamente, dentro das atuais circunstâncias, a escola democrática que a instituição promove. **pág. 4**



Portugal à janela canta Abril

As celebrações do 46.º aniversário da revolução de Abril vão ficar na memória de muitos como o dia em que os portugueses fizeram de janelas e varandas as suas ruas e avenidas. Famílias inteiras nas varandas e janelas e trabalhadores em frente às sedes dos sindicatos gritaram bem alto que “o povo é quem mais ordena” num coro que cantou pela liberdade e justiça social. **pág. 11**



75 anos da vitória sobre nazi-fascismo

Durante os seis anos que durou a 2.ª Guerra Mundial, o nazi-fascismo levou a morte a várias partes do mundo. A rendição incondicional da Alemanha nazi, a 9 de maio de 1945, depois de derrotada pelo Exército Vermelho marcou o início de um período de avanços e conquistas dos trabalhadores e dos povos. É tempo de recordar para que nunca mais se esqueça. **págs. 6 e 7**



À espera da União Europeia

A viver uma situação complexa e com o tempo a correr, receia-se que a resposta europeia à crise económica seja tão eficiente como tem sido à crise sanitária: uma nulidade. A Portugal não basta apenas que não existam cortes nas verbas destinadas à coesão económica e social, o país precisa de acesso a financiamento em montantes e termos que não garroteiem o futuro do país. **pág. 14**

Em tempo de pandemia a luta não fica de quarentena

Manuel Figueiredo,
Presidente da Direção

Atravessamos tempos de grande complexidade e incerteza provocados pela pandemia da Covid19, mas isso não nos impediu de celebrar o 46º aniversário do 25 de Abril bem como o 1º de Maio.

No dia 25 de Abril abrimos as janelas e cantámos a Grândola Vila Morena e o Hino Nacional, dando sentido à liberdade conquistada e aos valores de Abril, com a profunda convicção de que ao medo e à resignação se não de sobrepor a esperança no futuro e a luta por um País e uma vida melhores.

Comemorar o 25 de Abril é também lembrar que a revolução dos cravos derubou a ditadura fascista, restituiu ao Povo Português a Democracia e a Liberdade e apontou os caminhos do progresso e do desenvolvimento e evocar aqueles que o sonharam e concretizaram, mesmo com o sacrifício da própria vida.

A defesa dos valores de Abril está mais do que nunca na ordem do dia, num momento em que com os mais variados pretextos, os inimigos da revolução contestam a sua celebração e tentam de forma cada vez mais despuddorada, reverter as conquistas e direitos alcançados pelo povo português, que com a sua luta ainda hoje persistem.

Comemoramos também a consagração do 1º de Maio como Dia Internacional do Trabalhador, inclusivamente marcando presença nas ruas, com as necessárias medidas de proteção e distanciamento sanitário, fazendo ouvir a voz dos trabalhadores, designadamente a denúncia do desemprego, dos cortes de salários e a incerteza do próximo futuro, bem como a exigência de medidas para reduzir e minimizar o impacto da Covid19 na saúde e na vida dos portugueses, colocando como primeira prioridade o reforço do Serviço Nacional de Saúde.

A campanha em curso promovida por aqueles que ainda não desistiram de acertar contas com o 25 de Abril, estende-se naturalmente ao 1º de Maio na tentativa de impedir que os trabalhadores possam expressar a sua indignação face à situação que estão a viver, de ataque ao emprego, aos salários, aos direitos consagrados na lei e na contratação coletiva.

Os direitos e os valores de Abril não estão de quarentena. Quando alguns, hoje

com novas roupagens, querem branquear o fascismo e a sua existência, os negros anos da ditadura, e o passado de exploração e opressão, devemos reafirmar e comemorar Abril, os valores democráticos e a liberdade. O direito ao Trabalho, à Habitação, à Saúde, à Segurança Social, à Cultura. A instituição do Poder Local Democrático, o fim da guerra colonial e a independência das ex-colónias.

O Serviço Nacional de Saúde constitui uma importante conquista de Abril, proclamando a Constituição da República Portuguesa que «todos têm direito à proteção na saúde e o dever de a defender e promover» sendo esse direito realizado «através de um serviço nacional de saúde universal e geral e, tendencialmente gratuito».

A situação de pandemia que hoje vivemos já permitiu concluir quão importante é o SNS no combate ao surto epidemiológico e quão importante é o reforço da sua capacidade de resposta, com mais investimento, mais profissionais de saúde e mais equipamentos. Se não existisse o SNS, o Estado não dispunha de um instrumento fundamental para tratar os doentes. Se a saúde estivesse integralmente nas mãos dos grupos privados, como aliás alguns desejam (agora andam calados quanto a esse seu desiderato), o Estado estaria totalmente refém dos seus interesses e como vemos nalguns países, só teria acesso aos cuidados de saúde quem tivesse condições económicas, ficando os mais desprotegidos entregues à sua sorte.

Comemorar Abril é também defender o carácter público, geral, universal e gratuito do Serviço Nacional de Saúde, garante do acesso de todos aos cuidados de saúde sem quaisquer discriminações.

Importa nesta altura uma palavra de grande apreço aos profissionais de saúde, médicos, enfermeiros e outros operacionais, assim como aos bombeiros e demais agentes de proteção civil, a todos os que em condições muito difíceis, confrontados muitas vezes com carência de meios e arriscando a sua saúde, travam um muito importante combate para salvar vidas.

Apreço extensivo aos outros trabalhadores, que tal como na Voz do Operário, com o seu trabalho não deixam o País parar, assegurando serviços essenciais, designadamente o apoio social, o transporte e fornecimento de mercadorias e a recolha de resíduos.

EDITORIAL

O povo é quem mais ordena

Mesmo com uma grave crise sanitária provocada pelo novo coronavírus se vê que não estamos todos no mesmo barco como alguns tentam apregoar e, sobretudo, que não vamos ficar todos bem. Para além dos quase mil mortos e dos que tentam superar a infeção, há duas realidades que caminham paralelas e que não se tocam. De um lado, um milhão de trabalhadores em layoff, quase 350 mil desempregados e 200 mil em assistência à família. Do outro, grandes empresas que repartem lucros entre os acionistas e recorrem, sem precisarem, a apoios do governo para cobrir parte das despesas com salários através da segurança social.

Quando se assinalam os 130 anos do 1.º de Maio, parece cada vez mais evidente que há quem queira usar esta crise para todo o tipo de atropelos aos direitos de quem trabalha. O crescimento do número de sindicalizações em estruturas da CGTP-IN, como revelou Isabel Camarinha, mostra que é unidos e organizados que os trabalhadores se defendem destes ataques.

À janela, o povo celebrou a revolução que esmagou a ditadura fascista e abriu caminho a um processo de transformação social que acabou bloqueado por quem nos governa há mais de quatro décadas. A paz, o pão, a habitação, a saúde e a educação foram bandeiras de uma luta que não via melhor definição de liberdade do que pertencer ao povo o que o povo produz. As conquistas de Abril são projeto de futuro e juntam-se àqueles que em todo o país vão dar voz às reivindicações dos trabalhadores no 1.º de Maio.

A Voz do Operário é orgulhosamente parte de uma história que nunca se vergou, nem nos momentos mais difíceis, a todo o tipo de desafios. Para além do esforço de fazer chegar o seu jornal a casa de todos os sócios, a instituição prossegue o seu trabalho de dar apoio domiciliário, de manter a cantina social aberta, de produzir material de proteção para os hospitais e de garantir, entre outras coisas, o permanente contacto com as centenas de crianças que fazem parte dos nossos espaços educativos. Tudo isto só é acontece porque trabalhamos de forma coletiva e por sabermos que só juntos tudo é possível.

a Voz do Operário

PROPRIEDADE E EDIÇÃO SIB A Voz do Operário
Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
Telefone: 218 862 155. E-mail: jornal@vozoperario.pt
DIRETOR Domingos Lobo
DESIGN E PAGINAÇÃO Ana Ambrósio, Diogo Jorge
FOTOGRAFIA Nuno Agostinho
COLABORADORES Ana Sofia, André Levy, Bruno Amaral de Carvalho, Carlos Moura, Domingos Lobo, Eugénio Rosa, Luís Caixeiro, Manuel Figueiredo, Maurício Miguel, Rego Mendes, Rita Morais
REDAÇÃO Rua da Voz do Operário, 13, 1100 – 620 Lisboa
IMPRESSÃO Empresa Gráfica Funchalense, SA
Rua da Capela da Nossa Senhora da Conceição,
n.º 50 – Morelana, 2715 – 029 Pêro Pinheiro
N.º DE REGISTO NA ERC 107759
DEPÓSITO LEGAL 6394/84
PERIODICIDADE Mensal
TIRAGEM 3.500 exemplares
ESTATUTO EDITORIAL www.vozoperario.pt



Membro da
Associação da
Imprensa
Não-Diária

Associação
Portuguesa
da Imprensa
Regional



COVID-19

A Voz do Operário participa em projeto que produz equipamentos para hospitais



Noutras circunstâncias, e como em qualquer outro ano, as costureiras d'A Voz do Operário estariam de agulha em riste num esforço coletivo para preparar os fatos de muitas dezenas de crianças que participam anualmente na Marcha Infantil que encabeça as Marchas Populares de Lisboa na Avenida da Liberdade. A crise sanitária provocada pela atual pandemia do novo coronavírus interrompeu a tradição mas não silenciou as máquinas de costura. Agora, A Voz do Operário produz dezenas de peças para o vestuário que fazem parte do equipamento de proteção individual de muitos profissionais de saúde em diferentes hospitais da Área Metropolitana de Lisboa.

O projeto começou com o trabalho do atelier Amores de Tóquio, uma das lojas residentes no Mercado de Santa Clara, que interrompeu a quarentena

para costurar inúmeros materiais hospitalares com o apoio de voluntários, explica Inês Santos. Dirigente d'A Voz do Operário e responsável pela sala de costura estabeleceu contacto com os responsáveis do atelier com o objetivo de juntar a instituição à vasta equipa que produz diariamente centenas de equipamentos para as mulheres e homens que combatem a doença nos hospitais.

“Já sabia que no norte do país havia vários projetos a fazer a mesma coisa. Quando descobrimos que havia este no atelier Amores de Tóquio decidimos juntarmo-nos a eles”, descreve Inês Santos. “Passei a trazer os tecidos já cortados e cosemos n'A Voz do Operário”, acrescenta. De acordo com a costureira, o material é cortado a laser e é depois confeccionado por voluntários com as devidas me-

didias de distanciamento. Para além de Inês, outras duas mulheres fazem parte do grupo que n'A Voz do Operário. “Neste momento, estaríamos a preparar os fatos para as marchas e esta é uma situação nova. Custa um bocado, sobretudo quando se trata de trabalho voluntário, mas não poderia ser doutra maneira. Naturalmente, estamos preocupadas com a pandemia mas poderemos ser úteis a esta causa é muito bom”, sublinha. “Temos feito uma média de 25 peças destas por dia. Até ao momento, vamos nas cento e tal. São materiais que estão a ser usados em São José e São Francisco de Xavier, entre outros”. Para Inês Santos, é “muito importante” que A Voz do Operário esteja envolvida neste projeto solidário quando milhares de profissionais de saúde enfrentam uma crise sanitária ainda sem fim à vista.

JORNAL

Levar mais longe A Voz do Operário

Apesar da pandemia do novo coronavírus, o jornal A Voz do Operário tem chegado a casa dos sócios sem qualquer constrangimento reforçando o valor informativo do mais antigo título operário em circulação. Desde a planificação dos temas pelos membros do coletivo que dá suporte à publicação por videoconferência à produção redatorial por parte do jornalista, do paginador e de muitos colaboradores, o jornal não sofreu qualquer tipo de constrangimento. Na empresa gráfica Funchalenses, as rotativas continuam a funcionar e os trabalhadores garantem, nas instalações, em Pêro Pinheiro, que a publicação é impressa a tempo e horas. Os jornais são transportados até à Voz do Operário, na Graça, onde são depois

embalados com as respetivas moradas de cada sócio num processo que se repete, mês após mês, há muitos anos, antes de chegar a casa de quem é associado pela mão dos CTT.

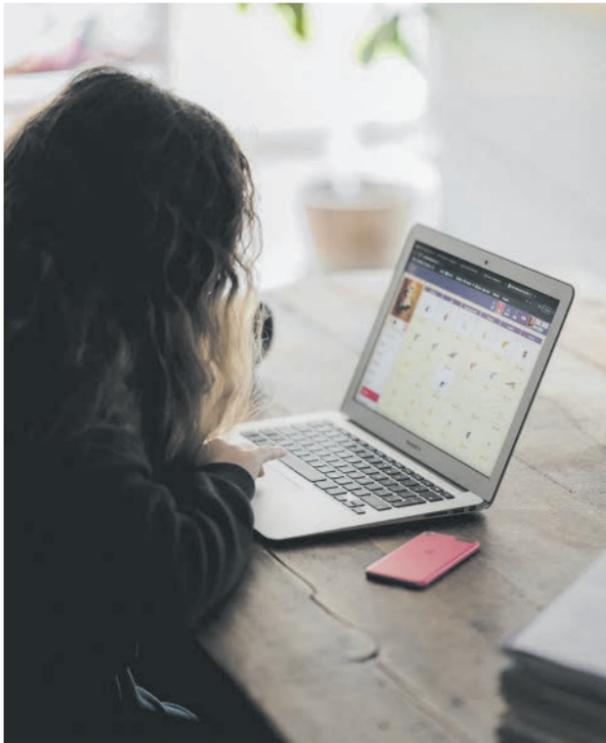
Folhear A Voz do Operário é possível graças ao esforço comum de muitas mulheres e homens que, a partir de casa ou nos seus postos de trabalho, garantem que as notícias sobre Portugal e o mundo, com um olhar alternativo, possam abrir uma janela diferente sobre a realidade. Esse trabalho é agora complementado pela página do jornal na internet que disponibiliza os conteúdos mensais, para além de outros, com o objetivo de fazer chegar ainda mais longe um projeto que nasceu em 1879 pela mão de

operários tabaqueiros que pretendiam romper com o silêncio da imprensa da época sobre as suas lutas.

Hoje, num contexto particularmente difícil, é ainda mais importante apoiar a imprensa independente dos grandes grupos económicos e financeiros, que dá voz à realidade de quem trabalha e luta por uma vida melhor. A política editorial do jornal mantém-se fiel aos princípios de quem os fundou há 140 anos. Subcrever o jornal A Voz do Operário, fazendo-se sócio da instituição, garante, para além do envio mensal desta publicação, o acesso a um conjunto de atividades e a participação num coletivo de mulheres e homens que intervêm diariamente pelo progresso e justiça social.

ESCOLAS

Construir uma escola à distância



Professores e educadores do Espaço Educativo da Graça, em sessão de trabalho.

Com uma perspetiva progressista do papel da construção do conhecimento, A Voz do Operário sempre privilegiou a sala de aula como meio para a participação prática dos alunos com ferramentas e conteúdos culturais. A interação e o trabalho coletivo são marcas da escola democrática que a instituição promove e o anúncio de medidas de restrição para evitar a expansão da pandemia do novo coronavírus foi tão súbito como a necessidade de adaptar o modelo a uma nova realidade.

A rápida resposta dada pelos professores d'A Voz do Operário foram determinantes, considera Rita Rato, mãe de um aluno do 6.º ano na Graça. A morar na Amadora, compara a lenta adaptação da escola pública à nova situação com a decisão d'A Voz, logo na segunda quinzena de março, de criar novas formas de trabalho. "Este trabalho que A Voz tem feito vai muito no seguimento do contexto e do que já era feito em sala de aula. Trabalhar com cada aluno, dentro da sua autonomia, e isto é muito importante", sublinha.

Sandra Pina Pereira, coordenadora pedagógica e professora do 2.º ciclo, explica que agora "os horários não são iguais" porque "não fazia sentido que as aulas decorressem nos mesmos moldes". Como n'A Voz do Operário não há aulas expositivas, a elaboração dos horários foi feita com o objetivo de salvaguardar o acompanhamento, "o mais individualizado possível", das tarefas que vão sendo lançadas aos alunos. A docente afirma que cada professor tem um grupo de alunos e que "procura estar o máximo de tempo com cada um deles". "Para além das dúvidas, de ensinarmos a mexer nas plataformas, a anexar os trabalhos, de conversarmos sobre o dia a dia, temos a preocupação não deixar cair a proximidade, apesar de estarmos longe".

A ideia, sublinha Sandra Pina Pereira, é manter a noção de coletivo. "Às 9h30, estamos todos juntos, despertamos para aquilo que há a fazer durante o dia, perguntamos se há dúvidas, se podemos ajudar e depois fazemos as tuto-

rias e conseguimos conciliar com o programa televisivo do Estudo em Casa, que não é obrigatório, é um reforço. É uma mancha de tempo autónomo em que podem fazer isso se quiserem. À tarde temos outro momento coletivo, às 15h30, com o balanço do que foi feito", descreve.

Ensinar e aprender atrás do ecrã

Sobre esta metodologia de trabalho, adaptada às novas circunstâncias, Rita Rato considera que do que mais falta sente Miguel, o seu filho, é do espaço fora da sala de aula, da brincadeira e do intervalo. "Sobretudo, porque está mais exposto ao computador. Já fazia muito trabalho que enviava através de e-mail mas era compensado pelo espaço físico e pelo trabalho sem ser à frente do computador. Mas ainda assim é interessante porque os alunos conseguem ter espaços de partilha", valoriza esta mãe que considera importante manterem-se grupos heterogéneos, mesmo neste período.

De facto, a maior exposição ao computador é um dos elementos que menos agrada a professores, alunos e pais, mas inevitável numa relação que se tem de manter à distância. Sandra Pina Pereira revela que os professores estão muito mais tempo em frente ao ecrã. "Desde que acordamos até que nos deitamos estamos a responder a mensagens, a ver emails, a atender a preocupações. Isso deixa-nos permanentemente ligados e é muito cansativo, mas só assim é que conseguimos organizar os miúdos".

Maria, do 5.º ano, afirma que as maiores diferenças são "estar a falar para um computador" e "não fazer tantos trabalhos coletivos". Da mesma opinião é Rosa, do 6.º ano. Conta que nota bastante a diferença entre trabalhar na escola e trabalhar em casa, sobretudo no que diz respeito aos trabalhos de grupo e ao apoio de professores e colegas. Ainda assim, acha que "está a correr bem" e que está a conseguir habituar-se. "É sempre

bom experimentar coisas novas, sobretudo se for para o nosso bem e para o bem de todos", explica.

Desde o primeiro momento, A Voz do Operário procurou saber junto dos pais quais os recursos informáticos que tinham em casa e se precisavam de algum tipo de apoio nesse sentido. Sandra Pina Pereira explica que a escola conseguiu disponibilizar alguns computadores às crianças e os próprios pais procuraram saber junto dos outros se precisavam de ajuda. Este esforço de interajuda e de adaptação à realidade de cada família foi também tido em conta no momento de construir horários tendo em conta os recursos disponíveis.

Os critérios de avaliação, que terão de ser diferentes, foram outra das preocupações que foi resolvida entre professores e alunos. O facto é que o contacto e o trabalho coletivo é permanente. "Eles procuram-nos muito, mesmo sem dúvidas. Cada professor tem uma sala no Zoom e eles sabem os horários. Aparecem para conversar, para contar o que fizeram, um episódio qualquer, seja em casa ou relacionado com a escola". Mas para além do trabalho conjunto, mantém-se o contacto entre alunos através de várias plataformas. Rita Rato confirma que tentam compensar assim a distância e Sandra Pina Pereira revela que as crianças aprenderam muito mais rapidamente do que os adultos e encontraram nestas plataformas veículos para estarem em permanente contacto.

Os próprios professores, forçados a encontrar novas formas de se organizarem, estão em permanente contacto e até se vêem mais do que na escola. "Tentamos estar muito mais alerta e muito mais em cima do acontecimento. Fazemos balanços semanais e estamos juntos quer no acolhimento quer no balanço. Quando estamos na escola temos horários diferentes e cruzamo-nos menos", afirma a coordenadora pedagógica. Ainda assim, entende que é muito difícil adaptar plenamente aquilo que se faz numa escola como A Voz do Operário a estas circunstâncias.

ESCOLAS

Inicia-se 3.º período nas escolas d'A Voz do Operário



Vítor Hugo Silva, diretor de equipamentos dos espaços educativos da Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro

A crise pandémica, o estado de emergência decretado e a imposição das medidas de isolamento social levaram, como aqui tem sido tratado, ao encerramento dos Espaços Educativos d'A Voz do Operário e à consequente interrupção da atividade letiva presencial. Desde logo, o desafio de manter uma ligação efetiva e afetiva com a comunidade educativa bem como, a prossecução dos objetivos inscritos no nosso projeto educativo, motivou um esforço coletivo na procura de soluções que permitissem o contacto permanente com os alunos e suas famílias. A adaptação de rotinas, instrumentos e estratégias tendo em consideração a

nova realidade, constituiu um movimento coletivo entusiasmado e responsável que permitiu, apesar dos constrangimentos, entender a atual realidade como uma oportunidade. A procura de soluções adaptadas ao paradigma comunicacional preconizado no projeto educativo d'A Voz do Operário levou a que o 3.º período (face à constatação que este decorrerá em contexto de ensino não presencial), fosse preparado tendo em vista a manutenção, tanto quanto possível, das lógicas de trabalho e rotinas que acontecem em sala. Na creche e pré-escolar, educadoras e pessoal auxiliar envolvem-se de forma ativa com a construção e envio de propostas e desafios diários ajustados aos interesses individuais e de cada grupo. Promovem-se momentos de interação – *online* – com as crianças procurando reproduzir, tanto quanto possível, dinâmicas de sala.

Com as famílias, a partir de reuniões individuais, constroem-se planos e estratégias de intervenção específicas. Nas reuniões de grupo procura-se criar momentos de partilha e reflexão coletiva sobre as dificuldades vividas neste momento particular bem como, soluções e mecanismos reparadores. No 1.º e 2.º ciclos, considerando a maior capacidade de trabalho autónomo por parte dos alunos, a construção do currículo considera um conjunto de ferramentas e recursos que permitem, através do acompanhamento presente do docente, o desenvolvimento de trabalho em função do ritmo, interesses e das condições objetivas de cada aluno. Especificamente, cada dia inicia-se com um momento coletivo de organização de trabalho a partir do qual cada aluno desenvolve a sua atividade em contexto de estudo autónomo ou enquadrado por áreas disciplinares específicas e através de tutorias. Mantém-se e promovem-se os momentos coletivos de balanço e o conselho de cooperação educativa essenciais à gestão participada e democrática do grupo de trabalho.

Um desafio constante

Embora o trabalho decorra com normalidade, muito devido ao empenho e capacidade de adaptação de todos os envolvidos, o sucesso das medidas e estratégias adotadas não nos deverá afastar de uma permanente reflexão crítica sobre o impacto do trabalho e da sua intencionalidade pedagógica. O compromisso coletivo com uma intervenção diferenciada, adaptada e ajustada a cada aluno e a cada família tomando como referência as suas condições objetivas – em muitos casos debilitadas ou fragilizadas devido ao contexto atual – deverá motivar-nos na procura de soluções que permitam a cada aluno desenvolver o seu percurso com sucesso. O conhecimento das realidades específicas é por isso determinante. As propostas de atividades, a organização das rotinas e as ferramentas de trabalho deverão ser ajustadas e considerar o tempo e o espaço de cada aluno.

INSTITUCIONAL



75 ANOS DA VITÓRIA



Bandeira da URSS colocada por soldado no topo do Reichstag, em Berlim, aquando a sua libertação pelas tropas soviéticas (foto colorida digitalmente)

A guerra não foi travada em Hollywood

O nazi-fascismo provocou, durante a 2.ª Guerra Mundial, mais mortes que nenhuma outra. Só a União Soviética perdeu 26,6 milhões de mulheres e homens, um quarto de todos os que pereceram durante o conflito. Nos campos de concentração e de extermínio, entre judeus, comunistas, homossexuais, ciganos e pessoas com deficiência, terão sido assassinados entre 6 e 11 milhões de seres humanos, num processo de extermínio que ficou conhecido como Holocausto.

Bruno Amaral de Carvalho

As ideias de nacionalismo, racismo, xenofobia e anti-comunismo tinham sido abraçadas anos antes por vários partidos e movimentos que em diferentes países como a Alemanha, Itália, Portugal, Espanha, Hungria, Áustria, Polónia, Roménia e Bulgária aproveitaram a grande depressão económica para militarizar as sociedades, liquidar liberdades e direitos democráticos e encetar processos de expansão territorial, quando os trabalhadores e os povos empreendiam lutas por

progresso e justiça social. “Um fascista não é mais do que um burguês assustado”, escreveu um dia o poeta e dramaturgo alemão Bertolt Brecht.

Não teria sido possível, sem o envolvimento dos grandes grupos económicos e financeiros, o crescimento político do fenómeno do nazi-fascismo na Europa. Apesar das denúncias do representante soviético na Sociedade das Nações, sobre o perigo da guerra e a necessidade de evitar, a sangrenta guerra civil espanhola, depois do golpe fascista contra o legítimo governo republicano, abriu caminho à barbárie. Em 1938, França e a Grã

-Bretanha acordaram com a Alemanha nazi a partição da Checoslováquia, com o Pacto de Munique. Menos conhecida é a ocupação, em outubro de 1938, de várias regiões do norte desse país por parte da Polónia que foi, então, acusada de cumplicidade com os nazis.

Num contexto em que a diplomacia soviética parecia incapaz de convencer Londres e Paris a estabelecer um acordo que impedisse o avanço do nazi-fascismo na Europa, rumo ao leste do continente, a União Soviética decidiu ganhar tempo para preparar a sua defesa, estabelecendo um acordo de não-agressão

com Berlim. A passividade das potências ocidentais acabou por permitir a invasão por parte da Alemanha da Polónia, da Dinamarca, da Noruega, da Holanda, da Bélgica e do Luxemburgo. A França seria ocupada poucas semanas depois. Até à invasão da União Soviética, em 1941, todo o esforço da Alemanha estava a ser preparado para o objetivo de derrotar o país que construía, desde 1917, um modelo antagónico ao nazismo. Outras potências como Itália e o Japão, entre outros aliados do que ficou conhecido como o Eixo, ocuparam vastos territórios nos balcãs, em África e na Ásia.

A entrada da União Soviética virou o jogo

A invasão da União Soviética na madrugada de 22 de junho de 1941, com a entrada das tropas alemãs na República Socialista da Bielorrússia, marcaram uma nova fase da 2.ª Guerra Mundial. “Esta guerra com a Alemanha fascista não pode ser considerada uma guerra comum. Não só é uma guerra entre dois exércitos mas também uma grande guerra do povo soviético contra as forças do fascismo alemão. O objetivo desta guerra nacional do nosso país contra os opressores fascistas é não só eliminar o perigo que pende sobre o nosso país mas também ajudar todos os povos europeus que sofrem sob o jugo do fascismo alemão”, anunciou Iosif Stalin, presidente soviético.

No final desse mesmo ano, a Alemanha sofre a primeira grande derrota às portas de Moscovo. Entre o verão de 1942 e fevereiro de 1943, tem lugar, em Stalínegrado, a maior batalha da história, que acaba com a rendição alemã e a libertação do território soviético com a batalha de Kursk, o fim do cerco a Leninegrado e marcha empreendida pelos soldados do Exército Vermelho rumo a Berlim, libertando povos pelo caminho.

Quando os aliados ocidentais desembarcam na Normandia para atacar os nazis a partir do Ocidente, combatiam na Frente Oriental 92% de todas as tropas terrestres alemãs. A entrada dos Estados Unidos no cenário europeu dá-se já quando o exército nazi recuava face à ofensiva soviética e depois de terem sido travadas, nesse momento, todas as grandes batalhas que determinariam o desfecho da guerra.

Segundo o jornalista francês Paul-Marie de La Gorce, só o Exército Vermelho conseguiu liquidar dois terços das forças alemãs até chegar a Berlim. Se parece evidente, para quem segue os factos históricos, que a União Soviética

foi o país que mais contribuiu para a derrota da Alemanha, isso não parece tão óbvio na atualidade. De acordo com várias sondagens realizadas pelo Instituto Francês de Opinião Pública (IFOP) ao longo de várias décadas, a percepção dos franceses sobre este período da história mudou significativamente desde 1945. Nesse ano, 57% dos inquiridos responderam que quem gastara mais esforço tinha sido a União Soviética, 20% referiram os Estados Unidos e 12% do Reino Unido. Quase 50 anos depois, em 1994, apenas 25% indicava a União Soviética e o número de inquiridos a responder Estados Unidos passou para 49%. Em 2004, a União Soviética desceu para 20% e os Estados Unidos subiram para os 58%.

Para esta percepção errada dos factos históricos contribui muito a máquina de propaganda norte-americana que conseguiu, através das suas ferramentas culturais, projetar a ideia de ser responsável pela derrota do nazi-fascismo. Se em Hollywood os Estados Unidos podem vencer em todos os cenários, a história revela que foi em 9 de maio de 1945 que a Alemanha aceitou a rendição incondicional, perante a vitória militar do Exército Vermelho. Mas quem sabe não esquece. Vitória, a palavra que mais se gritou nesse dia, escreve-se assim: Победа.

A nova correlação de forças mundial, gerada pelo prestígio do inestimável contributo da União Soviética para esta vitória, deu lugar a enormes avanços progressistas em todo o mundo. Desde logo, a fundação da Organização das Nações Unidas só foi possível com uma carta fundadora que consagrou um conjunto de princípios impensáveis na década em que dominava o fascismo. O fortalecimento do movimento operário e das suas organizações conquistou direitos laborais, sindicais, das mulheres, avanços no acesso ao ensino, saúde e segurança social que, em muitos países, eram até então inexistentes.



Soldados soviéticos celebram a vitória sobre o nazi-fascismo em Berlim

Como em muitos outros países, Portugal, que era aliado da Alemanha nazi, e que decretou três dias de luto pela morte de Adolf Hitler, a derrota do nazi-fascismo foi celebrada em plena ditadura nas ruas de Lisboa. A libertação na Jugoslávia, liderada pelos partisans, conduziu o país a transformações socialistas. Em Itália e em França, onde a resistência armada ao fascismo se fazia sobretudo com o compromisso de comunistas e progressistas, o prestígio dos

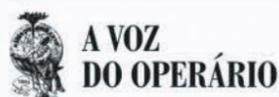
partidos comunistas destes países cresceu no pós-guerra.

Com as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki, quando o Japão estava praticamente derrotado, os Estados Unidos deram um sinal ao mundo de que tinham uma poderosa arma capaz de derrotar qualquer inimigo. Este crime que provocou, em apenas dois dias, entre 130 mil e 246 mil mortos, antecipou uma escalada pela dominação mundial que ainda hoje prossegue.

INSTITUCIONAL

PUBLICIDADE

Doe 0,5% do IRS à Voz!



Para tal, basta assinalar o **campo 11** e preencher com o NIF **500 259 518**.

Este apoio não tem qualquer custo.

O valor pago de IVA também pode ser consignado.

Ajudar assim não custa

avozdooperario.pt

facebook.com/avozdooperario

t.21 886 2155



Antiga Agência Funerária Domingos & Diniz

Gerência de João Natividade

Descontos de 15% para sócios de A Voz do Operário

Rua de Sta. Marinha, n.º4, 1100-491 Lisboa

Rua de S. Vicente, n.º34, 1100-574 Lisboa

T. 218 861 649 F. 218 875 213 TM. 919 311 363

ISABEL CAMARINHA

“Governo permite assalto aos direitos dos trabalhadores”

Com um milhão de trabalhadores em layoff e 350 mil desempregados, a CGTP-IN enfrenta a avalanche de ataques aos direitos dos trabalhadores. A encabeçar esta luta, Isabel Camarinha, secretária-geral da CGTP-IN desde fevereiro, destaca que é agora ainda mais evidente a necessidade de valorizar os serviços públicos e quem trabalha. Afirma também que o grande capital quer aproveitar-se da situação para aumentar a exploração.



Isabel Camarinha, secretária-geral da CGTP-IN

Bruno Amaral de Carvalho

Foi eleita secretária-geral no congresso da CGTP-IN que se realizou em meados de fevereiro. Passado poucas semanas, o país via as primeiras medidas de restrição. Como está a ser o desafio de encabeçar a maior central sindical portuguesa nestas circunstâncias?

É um desafio difícil, fosse para mim, fosse para quem fosse. Naturalmente, ainda não tinha passado um mês do congresso quando rebentou esta situação tão complicada que estamos a viver e de facto é um desafio muito diferente para todos nós. Isto é uma situação que ninguém está preparado para viver mas que com o trabalho coletivo, com o coletivo da direção da CGTP-IN, e com a ligação muito forte aos trabalhadores, através dos sindicatos, temos vindo a dar resposta e a intervir para enfrentar não só o surto epidémico mas também aquilo que lhe tem estado associado como este brutal ataque aos direitos e condições de trabalho e de vida.

Como é que a CGTP-IN se adaptou a esta nova realidade?

Naturalmente, também adoptámos planos de contingência para prevenir o contágio, o que significa que há um conjunto de quadros dirigentes, e também da estrutura sindical, que estão a trabalhar à vez a partir das suas casas. Isto não significa que tenhamos fechado. Mantivemo-nos a funcionar a todos os níveis. Continuamos a ir aos locais de trabalho mas, como sabemos, há milhares de empresas e locais de trabalho que estão encerrados. Agora, temos um milhão em layoff, 350 mil desempregados e 200 mil que estão noutras situações de assistência à família e muitas outras situações. Temos de garantir a fiscalização e a intervenção para que sejam garantidos os direitos dos trabalhadores porque há um atropelo enorme em paralelo com esta epidemia.

Portanto, para além do contacto directo quando é possível, estamos a adaptar outras formas que já usávamos mas que não eram aquelas que privilegiávamos, como a internet, as redes sociais, os emails, as news-

letters, que, no fundo, eram formas de contacto complementares.

Como é que a CGTP-IN vê a forma como os trabalhadores e a população estão a reagir à pandemia?

Os trabalhadores e a população, de uma maneira geral, estão a ter uma compreensão muito grande para a necessidade de proteção e, aliás, cumpriram as orientações da DGS e das autoridades relativamente ao confinamento e ao distanciamento sanitário, mesmo antes de ser decretado o estado de emergência. Por isso, a CGTP-IN manifestou junto dos órgãos competentes que não era necessário o estado de emergência, porque o nosso quadro legal e constitucional já previa todas as condições para serem tomadas todas as medidas sanitárias que fossem exigíveis.

Na prática, o que o estado de emergência veio trazer foram algumas restrições ao nível dos direitos, nomeadamente dos direitos dos trabalhadores, que nós contestámos desde o primeiro decreto e continuamos a contestar.

Um dos decretos presidenciais aprovado na Assembleia da República com o apoio do governo, e o surpreendente voto favorável do BE, abria portas à proibição do direito à greve e à possibilidade de se tomar decisões sem ouvir os sindicatos. Isto não é perigoso?

Dissemo-lo desde o primeiro momento, é perigoso e desnecessário. O direito à greve foi suspenso para alguns serviços considerados essenciais, o que não era necessário. Aliás, o governo já utilizou contra a nossa opinião e com o nosso desacordo em situações anteriores a requisição para restringir o direito à greve e, no segundo decreto, suspendeu a obrigatoriedade da audição das associações sindicais relativamente à alteração da legislação do trabalho, o que também contestámos vivamente.

Também afirmamos os direitos dos trabalhadores, mesmo os direitos colectivos, e há orientações relativamente a manifestações e reuniões com limite de participantes que nós também consideramos que não são legítimas, que têm de ser proporcionais e adequadas às necessidades e a necessidade é de distanciamento sanitário e de proteção. Eventualmente com equipamento de proteção individual mas isso não impede qualquer tipo de reunião, manifestação, plenário, seja o que for. São direitos coletivos dos trabalhadores que neste momento são ainda mais necessários porque os trabalhadores estão a sofrer este brutal ataque e redução dos seus salários, postos de trabalho e direitos.

Parece que agora há uma unanimidade geral sobre a importância dos trabalhadores, que são vitais para as nossas vidas, mas quando exigem melhores condições de vida são alvo de todo o tipo de preconceitos e mistificações.

Antes dos trabalhadores, ia a outra vertente que é o próprio Serviço Nacional de Saúde (SNS) tão atacado, com um desinvestimento de décadas por parte dos sucessivos governos, incluindo mesmo por estes últimos governos do PS. Também o sucessivo desinvestimento noutros serviços públicos com a consequente desvalorização dos seus trabalhadores e não reconhecimento da importância que estes serviços têm para o bem estar e para o próprio país. Agora toda a gente fala do SNS, e ainda bem, mas ele já era, é e continuará a ser fundamental. Tal como a escola pública, a segurança social e outros serviços públicos que precisam de melhorar, quer na sua qualidade, quer na valorização dos seus trabalhadores. Valorizamos os profissionais de saúde e também todos os outros trabalhadores. Há uma grande unidade de pensamento nacional em relação a isto mas continuam a ouvir-se as vozes de quem quer é tirar direitos aos trabalhadores. O grande capital continua a querer aproveitar-se desta situação para não só não cumprir como retirar direitos aos trabalhadores.

Até ao momento, há cerca de um milhão de trabalhadores em layoff e mais 50 mil desempregados só em Março. Como é que se permite este assalto aos direitos dos trabalhadores?

Permite-se por opção do governo. Ao contrário do que foi a nossa exigência desde o primeiro minuto, nas medidas que tomou, optou por não proibir os despedimentos sejam eles quais forem e o que está a acontecer é que está a haver o despedimento tradicional, digamos assim, legal, oficialmente chamado de despe-

dimento coletivo ou por extinção do posto de trabalho, mas estão a acontecer depois todo um conjunto de despedimentos que são caducidades de contrato a termo certo, contratos de falsos trabalhadores que ocupam postos de trabalho permanentes.

Eu penso que ainda não tivemos nos dados do desemprego o verdadeiro reflexo e consequência de toda esta situação. Temos vindo, junto do governo e da Autoridade para as Condições do Trabalho, a exigir que sejam revertidos todos esses despedimentos de trabalhadores que, ocupando postos de trabalho permanentes, tinham vínculos de trabalho precários, mas a verdade é que não houve vontade política para proibir todos os despedimentos. Tal como não houve vontade política para garantir, neste momento, que é um momento extraordinário, medidas efetivamente extraordinárias que garantissem a retribuição total dos trabalhadores, impedindo assim a situação que estamos a viver.

É uma opção do governo, que optou pelo grande capital e que permite, por exemplo, que grandes empresas com situações financeiras estáveis e milhões de lucros recorram ao layoff fazendo com que seja a segurança social a pagar uma fatia enorme dos salários. Não pode ser a segurança social a pagar isto. O Orçamento do Estado tem de repor estas verbas.

Como é que se concilia não proibir os despedimentos e a perda de salário quando empresas como a EDP distribuem dividendos entre os seus accionistas?

É inaceitável. E vamos ver quantas das empresas que recorreram ao layoff, que tiveram a maior parte dos salários pagos pela segurança social, é que vão distribuir dividendos aos seus acionistas.

Governos e forças de extrema-direita desvalorizam desde o primeiro momento a letalidade da doença. Em Portugal, patrões e banqueiros querem o rápido regresso à normalidade. O facto é que não estão reunidas as condições de segurança para os trabalhadores. Qual é a posição da CGTP sobre a retoma da actividade?

Acompanhámos desde o início as medidas sanitárias que foram tomadas e não contestámos a sua aplicação porque consideramos que a prioridade neste momento que estamos a viver é proteger a saúde e a vida de todos, mas garantindo os direitos dos trabalhadores e garantindo a sua proteção também.

Ainda nesta fase do estado de emergência, e antes da tal eventual retoma, exigimos que as empresas garantissem a distribuição de equipamentos de proteção aos trabalhadores. E o que está a acontecer é que muitas não criam condições para o distanciamento obrigatório e muitas até obrigam os trabalhadores a comprar os seus próprios equipamentos de protecção individual, como acontece na cadeia de supermercados Continente. É obrigação das entidades empregadoras fornecerem esses equipamentos de protecção aos trabalhadores, bem como garantir a higienização dos locais de trabalho e as condições para o distanciamento.

Em relação aos transportes sobrelotados, o que acontece é que temos um conjunto enorme de empresas de transportes que entraram em lay off e reduziram imenso a sua oferta de transporte público. Ora, isto é inaceitável. Já manifestámos ao governo que o alívio das medidas devem acontecer quando estiverem cria-

das as condições de segurança. Isso inclui a higienização e a oferta de transportes.

Quando António Costa diz que temos de começar a produzir aquilo que já não conseguimos importar da China, isto dá mais força à reivindicação de nacionalizar os setores estratégicos da economia?

Defendemos que os setores estratégicos devem estar na mão do Estado e não das grandes multinacionais e grandes empresas como está a acontecer e também defendemos que é necessária a reindustrialização do país, o reforço do nosso aparelho produtivo, temos de alterar este modelo que temos, em que vivemos das importações, e em que acabamos por ser um país de serviços, serviços que têm estado nos últimos anos virados para o turismo.

Com milhares de mortos em Espanha e Itália, a resposta sanitária da União Europeia à pandemia foi tardia. Entretanto, os apoios económicos anunciados são insuficientes. Afinal, para que serve a União Europeia (UE)?

A verdade é que esta UE não é a Europa dos trabalhadores e dos povos. É a Europa do grande capital, é a Europa dos países mais poderosos que são quem domina, e estamos a ver isso agora nas medidas que estão a ser discutidas, quer no eurogrupo, quer na comissão. O que se está a colocar são medidas que para já não são suficientes e depois não são equilibradas. Não garantem que aqueles que mais precisam são os que têm a maior fatia e aparecem como empréstimos que, neste momento, ainda não se percebe bem como é que vão ser pagos. Mas a fatura há-de aparecer, mais cedo ou mais tarde. Já passámos por isto na crise anterior quando durante a troika e com as consequências que teve para a nossa economia, para as condições de vida e de trabalho no nosso país.

Milhares de pessoas em todo o país cantaram a Grândola, Vila Morena à janela no dia 25 de Abril. Qual é o apelo da CGTP para este 1º de Maio?

Assinalámos o 25 de Abril e acho que nesta situação, como afirma a CGTP, os valores e as conquistas de Abril, adquiriram uma importância ainda maior porque a revolução foi fundamental para as conquistas dos trabalhadores e do povo. O 1.º de Maio assume este ano também uma relevância ainda maior do que em anos anteriores. Com as medidas sanitárias que estão implementadas, não vamos realizar as grandes manifestações, concentrações e desfiles que costumam marcar este dia, mas isso não nos impedirá de trazer para a rua a voz dos trabalhadores. Por isso, vamos realizar iniciativas em vários pontos do país. Em Lisboa será na Alameda, garantindo a distancia sanitária e a proteção de cada participante. Vamos dar voz à indignação, ao protesto e à reivindicação dos trabalhadores e também dos reformados e pensionistas, que não poderão estar. tal como as pessoas em situações de risco e as crianças.

No ano em que a CGTP cumpre 50 anos e em que o 1.º de Maio assinala 130 anos, vamos estar na rua em representação dessas centenas de milhares que estariam connosco e que estarão em suas casas, solidários também com esta luta e dando voz aos trabalhadores em lay off, os 350 mil desempregados e as muitas centenas de milhares que estão com os seus rendimentos reduzidos, com os seus direitos atropelados e que exigem melhores condições de vida e de de trabalho.

HABITAÇÃO

População organizada, habitação conquistada



Cartaz do projecto SAAL

Laura Almodovar

11 de Março. Estamos reunidos e discutimos a mobilização e divulgação da Manifestação de 28 de Março pelo Direito à Habitação. Estamos em diferentes frequências – os que apregoam a aproximação de medidas restritivas e o inevitável cancelamento da manifestação e os cépticos que foram ensinados a duvidar de notícias alarmistas. Decidimos nada decidir, afinal apenas ainda vemos

fumo. Os dias seguintes iriam contrariar, a grande velocidade, os mais esperançosos e erodir os planos desta manifestação urgente.

13 de Março. No dia anterior, o Primeiro-Ministro decreta a suspensão da escola, confirmando que a pandemia também vai passar por aqui. São 8h e chegamos ao Bairro Alfredo Bensaúde – Olivais onde nos confrontamos com o aparato policial. Os despejos há semanas que se sucedem. São despejadas famílias de casas de habitação pública. Famílias que, continuamente confrontadas com a ausência de critérios para atribuição de casa, optam por ocupar casas vazias para não dormirem na rua. A lembrança dos tempos do fascismo não permite despejos durante a noite, mas permite que, após o prenúncio de confinamento se despeje famílias que não terão alternativa a viver em carrinhas ou em tendas. Num dia apregoam a distância física e ensinam-nos a lavar as mãos, no dia seguinte mobilizam polícia de choque para colocar pessoas na rua, sem acesso se quer a água potável. Nos dias seguintes concretizaram-se as suspensões dos despejos. Porém, só a 16 de Abril foi garantido um tecto para estas pessoas. Uma alternativa temporária, ficando por esclarecer para onde irão viver estas famílias após o confinamento, uma vez que a polícia de choque, para além de garantir a intimidação de activistas e moradores, também assegurou que as casas ficavam destruídas para evitar futuras ocupações.

21 de Abril. Surge mais de uma centena de casos positivos com COVID-19 numa “pensão” na Morais Soares que “acolhe” migrantes e requerentes de asilo.

A cronologia podia ser mais extensa. Podia incluir outros pontos do país. Podia incluir a situação dos sem-abrigo que até os balneários públicos viram fechados. O que se passa no Bairro da Torre, não assim tão longe de Lisboa, onde não há electricidade? O que se passa nos

bairros dos subúrbios, como na Cova da Moura, onde como já é hábito a população parece ter sido esquecida? O que se passa nos acampamentos de ciganos sem água potável um pouco por todo o país?

A cronologia podia ser mais extensa. Podia incluir as notícias e o desagrado dos proprietários de alojamento local confrontados com o fim da sua galinha dos ovos de ouro. Podia até incluir a sua desfaçatez em exigir apoios ao Estado para manter estas suas casas remodeladas vazias. Mas o que precisamos, colectivamente, é de informação que nos sirva, que nos dê força para lutar e esperar que as leis do mercado, que estes senhorios tanto gostam, os empurrem contragosto para arrendamentos de longa duração e com rendas acessíveis.

A nível mundial, as soluções para habitação (sem-abrigo, despejos, arrendamento, crédito à habitação, habitação pública) têm sido diversas. Em Portugal, apesar dos sinais positivos – fim dos despejos, medidas de protecção dos inquilinos perante término do contrato de arrendamento e incentivo à negociação da renda – são bastante insuficientes. Embora se tenham anunciado investimentos em habitação pública, no geral, não se fazem transformações de fundo e apenas se tomam medidas paliativas. Ou seja, famílias que já tinham grande dificuldade em pagar a sua renda terão, nos 12 meses subsequentes ao fim da pandemia, um acréscimo mensal: restituição, em prestações, das rendas “suspensas” durante o confinamento.

A pandemia veio colocar-nos novos desafios, mas veio, sobretudo, colocar a nu as fragilidades do sistema, as suas contrariedades e a urgência de nos organizarmos. O meu apelo é que, para além de olharmos para os exemplos políticos noutros países, possamos olhar para a nossa história. Possamos olhar para a nossa Constituição e para o artigo 65º e interiorizar, de uma vez por todas, que “...todos têm direito, para si e para a sua família, a uma habitação de dimensão adequada, em condições de higiene e conforto que preserve a intimidade pessoal e a privacidade familiar...”. Depois podemos recuar um pouco mais atrás e retomar as comissões de moradores e de bairros que pediram “Casas sim, Barracas não!”, o processo SAAL por todo o país e lembrar-nos que “População organizada, habitação conquistada!”

A VOZ do corvo



A Casa e o Mundo

A Casa e o Mundo é o título de uma obra de Rabindranath Tagore, escritor indiano galardoado com o Prémio Nobel da Literatura, em 1913, e que, de uma forma abstrata, se poderá considerar como versando a relação que existe entre o que nos é distante ou veio de fora e o conforto e segurança, tanto físicos como intelectuais que nos oferece a nossa casa.

É expressivo, e para isso se chama a atenção, o número de palavras que na língua portuguesa se iniciam com o prefixo CA: casa, casca, casulo, cabida, caverna,

câmara (no sentido de compartimento onde se ouve música recatada e íntima ou *acappella*) e ainda, entre muitas outras, castelo e cabeça (no sentido de crânio, algo de importante e fechado). Tudo dando a entender ou girando à volta da noção de abrigo, de proteção ou sítio seguro e quando entre nós a palavra FOGO quer dizer o mesmo que CASA ou LAR, o significado de todas elas se funde e inclui a emoção e sentimentos de vida partilhada.

E é por tudo isto que, quando insidioso vírus, mil vezes mais pequeno que um milímetro se espalhou de roldão pelo mundo inteiro, bem avisados andaram cientistas e governantes em organizarem o quotidiano de todos de maneira que só não ficassem em casa aqueles que fossem necessários à saúde, à segurança e ao abastecimento dos outros. Bem hajam estes.

Acharam estranho que os mandassem para casa os velhos que jogavam cartas nas mesas e nos bancos que a Junta de Freguesia colocou há tempos na Alameda Dom Afonso Henriques, em Lisboa. Refilaram e poderiam ter sido acusados de desobediência, eles que tão cordatos sempre foram. Talvez se possa compreender e aceitar a sua atitude se nos deitarmos a adivinhar

como serão as casas dos velhos que jogam as cartas na Alameda Dom Afonso Henriques, em Lisboa ou em qualquer outro jardim público por esse país fora: muitos deles viverão em quartos alugados, outros viverão em casas escuras e húmidas, tudo indica que serão velhas e mal cuidadas e a maioria deles quando lá chegam encontram a solidão como única companheira.

É provável que alguns tenham sido vítimas de um outro vírus, igualmente pernicioso, chegado algum tempo antes deste, escondido nas entrelinhas das leis do alojamento local e dos despejos...

E por tudo isto se deseja que, passados estes conturbados tempos, se mantenha a mesma determinação por parte de todos e, recuperada a saúde, se recupere o trabalho e se promovam políticas públicas que conduzam à resolução do problema do alojamento para o maior número.

Casas cujas rendas sejam compatíveis com os rendimentos de cada família, casas adequadas às necessidades de todos os grupos e sobretudo casas amáveis, onde dê gosto viver...

Francisco da Silva Dias

Transportes
públicosGeni e
o Zepelim

O acompanhamento da situação anómala que vivemos devido à pandemia, pela comunicação social dominante, trouxe-me à memória a canção Geni e o Zepelim, da Ópera Do Malandro de Chico Buarque.

Para quem não conheça ou não se recorde, aqui fica um breve resumo. Um travesti, Geni, era maltratado pela população, mas surgiu um zepelim cujo comandante estava disposto a destruir a cidade, exceto se lhe fosse propiciada uma noite de sexo com Geni. Todos, a partir das autoridades civis e religiosas suplicaram o seu assentimento, o que aconteceu. Tendo-se retirado o zepelim e passado o perigo, tudo voltou ao que era dantes, isto é, voltaram os maltratos a Geni.

A analogia está na forma como as lutas dos trabalhadores dos transportes são tratadas, ou maltratadas, pela comunicação social quando o tempo é da chamada normalidade e agora, quando a evidência demonstra a sua indispensabilidade para o funcionamento da economia, entram para o grupo dos heróis.

Para que a vida continue, seja para a circulação de pessoas ou mercadorias, lá estão os trabalhadores dos transportes.

Ainda recentemente, no início da crise epidémica, assistimos ao crucificar dos estivadores do porto de Lisboa, acusando-os de falta de senso, escondendo que lhes assistia toda a razão, pois fruto de uma falência fraudulenta, os acordos de trabalho não estavam a ser cumpridos e havia salários em atraso.

A entidade empregadora pertence às empresas que lhe adquirem os serviços de estiva, serviços esses que vêm sendo fornecidos abaixo do custo, donde resultou a sua falência, conforme denunciou publicamente a FECTRANS/CGTP-IN, sem que a dita comunicação social se tenha apercebido.

A solução que o governo encontrou para resolver o problema foi a requisição civil dos estivadores! Estranha forma de combater a corrupção.

Mas agora, embora omitidos na enumeração, estarão englobados no grupo dos heróis que garante que o país funciona em serviços mínimos.

Num momento em que, tal como os trabalhadores de muitos outros setores, com destaque para os do setor da saúde (igualmente mal tratados há não muito tempo) também os do setor de transportes são reconhecidos como essenciais, não faltando reconhecimentos.

Seria bom que não acontecesse como em Geni e o Zepelim, isto é, que passado o perigo não regressássemos à situação dos maus tratos.

Rego Mendes

25 DE ABRIL



“25 de Abril Sempre! A Revolução não está de quarentena.” Rua em Lisboa.

Um canto pela liberdade
e justiça social

As celebrações do 46.º aniversário da revolução de Abril vão ficar certamente na memória de muitos como o dia em que os portugueses fizeram de janelas e varandas as suas ruas e avenidas. Logo que se soube que não se podia sair à rua devido às restrições, várias organizações, partidos e movimentos apelaram aos trabalhadores e à população para cantarem, à janela, Grândola, Vila Morena, uma das senhas da revolução, da autoria de José Afonso.

Entre os dias 24 e 25, foram muitas as iniciativas através da internet que celebraram em direto a jornada histórica que marcou o fim de 48 anos de fascismo em Portugal. Várias autarquias transmitiram concertos de artistas da chamada música de intervenção como a da Amadora com Paulo de Carvalho, a de Loures com Sérgio Godinho ou da Moita com a poesia de Ary dos Santos. A RTP passou o documentário As Armas e o Povo depois de passar por um processo de digitalização e de correção de cor. O grupo de teatro Artelier encenou a operação militar nas ruas de Lisboa com imagens projetadas nas paredes dos prédios.

Mas foi a evocação da revolução pela população, em todo o país, através de cartazes, faixas e cravos vermelhos que marcou a data. Em Lisboa, no bairro de Santos, Pedro Vaz juntou-se aos vizinhos para decidirem o que fazer. “Chegámos à ideia comum de atravessarmos uma faixa de um lado ao outro da rua. Cada um dos meus vizinhos deu o seu contributo. Uns compraram as tintas, outros deram o lençol, outros coseram-no e depois subiram-na”, explicou à Voz do Operário.

Às 15 horas em ponto, o país, entre afinados e desafinados, juntou-se num coro coletivo para cantar a liberdade e a justiça social que evocam as letras de José Afonso e a revolução de Abril. Famílias inteiras nas varandas e janelas e trabalhadores em frente às sedes dos sindicatos gritaram bem alto que “o povo é quem mais ordena”. Também na varanda d’A Voz do Operário, que fez parte da zona promotora da zona oriental, se cantou Grândola Vila Morena. Mas esta celebração conjunta,

mesmo com a distância imposta pelos tempos que correm, também esteve nos locais de trabalho onde os profissionais de saúde combatem a pandemia. Vários médicos, enfermeiros e auxiliares do serviço de urgência do Hospital de São José juntaram-se para cantarem abraçados a senha da revolução ao qual somaram as palavras de ordem “Viva o 25 de Abril” e “Viva o SNS”. À Voz do Operário, o enfermeiro Nuno Delicado explicou que pelo menos três dos trabalhadores desta unidade “não falham um único 25 de Abril na Avenida da Liberdade” e que logo se juntaram outros colegas ao coro. “Fazia todo o sentido, mesmo com as limitações por estarmos a trabalhar em prol de todos nós”.

Também noutros países, como a Galiza, foram muitos os que se assomaram à janela para cantar com os portugueses. Foi o caso de Bruno Teixeira que se juntou mais a filha à janela em Ferrol. De Itália, dia em que se celebrava também à janela o dia da libertação do país das forças nazi-fascistas, chegaram mensagens de apoio a Portugal. Mas também da parte da comunidade emigrante. No Luxemburgo, no bairro de Clausen, o jornalista português Ricardo J. Rodrigues fez soar a Grândola a partir da janela.

O 1º de Maio não fica de quarentena

Desde 1890 que sindicatos em todo o mundo assinalam o primeiro dia do mês de maio homenageando assim os mártires de Chicago ganhando esta jornada especial relevância quando se assumiu como Dia Internacional do Trabalhador. Este ano, quando se celebram os 130 anos da primeira marcha nesta data e se enfrenta a pandemia do novo coronavírus, a CGTP-IN anunciou que vai estar nas ruas de Portugal. Num período em que cresce o desemprego e a redução de salários, o 1º de Maio não fica de quarentena. Em contacto com a Direção-Geral da Saúde e informadas as autoridades, excluindo idosos e trabalhadores de grupos de risco, a central sindical vai garantir a distância de segurança entre os participantes. Em Lisboa, a iniciativa vai decorrer na Alameda.

TRABALHO



Abusos laborais aumentam sindicalizações

Os números do Instituto de Emprego e Formação Profissional (IEFP) apontam para 53 mil desempregados só durante o mês de março. Uma verdadeira avalanche desencadeada pela pandemia do novo coronavírus. Portugal enfrenta agora uma nova crise social. Outro dos efeitos imediatos da paralisação da economia, para além do desemprego, é o recurso das empresas ao layoff, regime que permite às empresas reduzir o horário normal dos trabalhadores, ou suspender o contrato de trabalho, por um período de tempo definido. Neste momento, são já mais de 82 mil as empresas que recorreram a esta medida, de acordo com o Gabinete de Estratégia e Planeamento do Ministério português do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Em 15 de abril, estavam 931 mil trabalhadores nesta situação. Ou seja, a receber apenas dois terços da sua remuneração normal ilíquida, sendo o valor financiado em 70% pela Segurança Social nos casos de suspensão do contrato.

Neste contexto difícil, são muitos os trabalhadores que procuram os sindicatos para se defenderem. Em entrevista à agência Lusa, Isabel Camarinha, secretária-geral da CGTP, afirmou que “tem havido muita sindicalização neste período porque os trabalhadores sabem que podem contar com os sindicatos da CGTP-IN para continuar a defender os seus interesses e direitos, numa altura em que têm sido cometidos tantos abusos”. De acordo com a dirigente sindical, não é possível, neste momento, fazer um levan-

tamento do crescimento da sindicalização porque os sindicatos estão a funcionar com planos de contingência, tanto a nível de dirigentes como de funcionários, mas assegurou que é transversal a todos os setores de atividade.

Para Isabel Camarinha, o crescimento da sindicalização é justificado com a crescente violação dos direitos laborais por parte de muitas empresas, “que se estão a aproveitar da crise para cometer todo o tipo de abusos”. “Com um milhão de trabalhadores em layoff e os despedimentos a chegarem, em média, aos 4 mil por dia, é natural que os trabalhadores sintam necessidade de procurar o apoio dos sindicatos”, considerou.

A nível institucional, a CGTP-IN tem aproveitado as reuniões semanais de Concertação Social e encontros com membros do governo para apresentar propostas que assegurem a manutenção do emprego e dos rendimentos dos trabalhadores e das famílias.

Isabel Camarinha admitiu as vantagens do diálogo social na atual situação, mas considerou que “a valorização das condições de trabalho é [conseguida] na contratação coletiva”. Segundo a sindicalista, continuam a decorrer alguns processos negociais, apesar do confinamento, embora de forma reduzida. “Com o retorno à atividade normal nas empresas, teremos de criar uma dinâmica muito maior na contratação coletiva, para se conseguir atualizar os contratos coletivos de trabalho, ao nível dos salários e das condições de trabalho”, considerou.

Teleperformance vigia trabalhadores em casa

A multinacional Teleperformance, que presta serviços na área do apoio ao cliente a diversas empresas, mandou instalar câmaras de vídeo nas casas dos seus trabalhadores exigindo que estejam sempre ligadas durante o período laboral. Confrontada com esta situação, a Comissão Nacional de Protecção de Dados (CNPD) considera que este tipo de controlo à distância em regime de teletrabalho não é admissível e que “implica uma restrição desnecessária e seguramente excessiva da vida privada do trabalhador”. De acordo com o *AbrilAbril*, CNPD adiantou que “a regra geral de proibição de utilização de meios de vigilância à dis-

tância, com a finalidade de controlar o desempenho profissional do trabalhador, é plenamente aplicável à realidade de teletrabalho”. Também acrescentou que “a circunstância de o trabalho estar a ser prestado a partir do domicílio não justifica uma maior restrição da esfera jurídica dos trabalhadores”.

A Teleperformance foi denunciada em março pelo Sindicato dos Trabalhadores do Comércio e Serviços de Portugal, da CGTP-IN. Segundo a estrutura sindical, a empresa obrigou “todos os seus 10 500 trabalhadores” a prestar serviço no fim-de-semana como dia normal, “independentemente de ser folga ou não”.

A VOZ dos livros



Poemas para Abril e Maio, poemas sociais, de Nuno Rocha Morais

Mesmo nestes dias de resguardo sanitário, a poesia pode, e deve, *estar na rua*. Porque Abril é o mês da palavra liberta, ampla e fecunda; porque Abril é mais do que um mês, é o MÊS, em que tudo, de repente, num *dia de prodígios*, mudou nas nossas vidas. O mês soberano da Liberdade resgatada, o mês em que crescemos para além da nossa altura, em que o Eu se transformou num amplo e sonoro NÓS!

Quarenta e seis anos depois, a poesia, alguma poesia, a mais atenta aos fenómenos políticos e sociais, à essência das coisas e da Vida, continua a dizer-nos *Se temos de morrer, vencamos a matilha*, que nos convida e, de modo pedagógico, nos incita *Nem sempre a firmeza te será vitória./Não: haverá momentos em que deverás vergar/Como quem quebra,/Como quem se submete à amargura de um fim/Que sobre nós pesa./Verga, sem quebrar, para que, de novo, te possas erguer./No ergueres-te*. O livro, este que hoje vos recomendo, tem por título *Poemas Sociais*, de Nuno Rocha Morais.

O autor nasceu no Porto em 1973 e faleceu no Luxemburgo em 2008. Teve, portanto, vida breve. Foi jornalista n’*O Comércio do Porto* e tradutor no Departamento de Língua Portuguesa da Comissão Europeia, no Luxemburgo. Grande parte da sua poesia – o autor deixou um vasto espólio – tem vindo a ser publicada a título póstumo.

As traves centrais da poética de Nuno Morais radica nos valores da condição humana: na dignidade, na justiça, na morte, na paz, no respeito pelos velhos que trazem no *rosto/Os sulcos/De uma terra esgotada/E o desamparo de baldios./De fábricas abandonadas*, velhos, denuncia o poeta, que *Cumpriram, mas agora já não servem./Vivem, alimentados com reformas de fome*. Uma voz que clama contra a usura e a *organização da miséria*, que fere o mais humano que nos habita. Essa busca do justo dividir do pão, de que também Ary nos falava.

A unidade temática deste livro inscreve esse supremo sentido, a busca do rosto do outro na multidão, a conjugação sábia de um discurso sem panfletários arroubos, mas que incide, de modo inteligente e sensível, sobre as questões centrais do nosso tempo: a crueldade, a ganância dos que mandando no mundo, tendo tudo, apenas distribuem sobejos. Um poeta também para estes dias, sobrelevando o luto, quando nos diz que *As crianças reconstroem o calor./E a cada beijo um novo dia se ergue./Pleno de fértil brancura*.

Poemas Sociais, de Nuno Rocha Morais – Coleção “Explicação das Árvores”, Edição da Associação dos Jornalistas e Homens de Letras do Porto/2019

Domingos Lobo

DISTRIBUIÇÃO

Continente prometeu prémio que não entregou



Aumentou a exploração dos trabalhadores dos hipermercados

Os trabalhadores dos hipermercados Continente e entrepostos da Sonae MC levaram para casa, em março, um prémio de 20% do salário base, uma remuneração extra que irão também receber na folha salarial de abril, noticiaram vários jornais no início do mês passado. Contactada por vários jornalistas, a Sonae MC, fonte oficial da subsidiária do grupo Sonae, afirmou, então, que “faz parte das boas práticas do Continente a compensação dos seus colaboradores em situações de esforço acrescido”. A Sonae MC “entendeu atribuir uma compensação como forma de agradecimento aos seus colaboradores de lojas e entrepostos, que continuam a trabalhar, todos os dias, comprometidos e empenhados em garantir o normal funcionamento dos nossos serviços que hoje são ainda mais críticos para assegurar o bem-estar dos portugueses”.

O facto é que um mês depois, o Sindicato do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal (CESP) de-

nunciou que “tal informação não corresponde inteiramente à verdade”, o anunciado prémio “foi truque” e a Sonae “comporta-se como lobo em pele de cordeiro”. De acordo com esta estrutura sindical, vários trabalhadores não receberam o prémio, mesmo sem terem faltado um único dia ao trabalho.

O sindicato considerou ainda “lamentável que o Grupo Sonae use a presente situação” do país para “ganhar a opinião pública, leia-se clientes, anunciando um prémio que não é aplicado a todos os trabalhadores” e que use o prémio “como instrumento de pressão, para obrigar a trabalhar mais tempo e aceitar o ‘banco’ de horas”.

Os trabalhadores, assinalou o sindicato, continuam a receber um salário muito próximo do mínimo nacional, enquanto que, em 2019, o Grupo Sonae contabilizou resultados líquidos de 165 milhões de euros e a sua presidente recebeu 812 mil euros, mais dez por cento que no ano anterior.

PARENTALIDADE

Assistência aos filhos paga a 100%

Em Conselho de Ministros, foi aprovada uma alteração legislativa que pôs termo à discriminação aos trabalhadores da Administração Pública integrados no regime de proteção social convergente (CGA), em caso de assistência a filhos, passando a ter direito ao subsídio num valor que aumentou de 65 para 100 por cento da remuneração de referência.

“Não há solução que possa ser construída sem os

trabalhadores e as suas estruturas”, sublinhou a Frente Comum de Sindicatos, que tinha expressado o seu protesto pela manutenção da discriminação, apesar dos avisos feitos ao governo desde Setembro.

A CGTP-IN saudou esta correcção, “fruto da exigência persistente e fundamentada” do movimento sindical unitário, e alertou para a necessidade de “uma melhoria alargada na protecção da parentalidade”.

ENERGIA

Governo apoia distribuição de lucros entre acionistas da Galp

Os 580 milhões em dividendos vão mesmo ser distribuídos entre os acionistas da Galp, empresa que já foi estatal. Os detentores de ações da Galp Energia aprovaram, no dia 24 de abril, a distribuição de 580 milhões de euros em dividendos da companhia relativos ao ano de 2019. A decisão foi aprovada por uma “larga maioria” dos votos representados.

De acordo com o *Dinheiro Vivo*, este era o segundo ponto da ordem de trabalhos da assembleia geral anual da petrolífera, presidida por Carlos Gomes da Silva, e o mais polémico, mas a decisão era já esperada. Os restantes temas em cima da mesa, designadamente a aprovação do relatório e contas e da política de remunerações, foram, igualmente, aprovados. O Estado, que detém 7,48% do capital, através da Parública, irá encaixar apenas 43 dos 580 milhões de euros que a Galp reservou para dividendos. Destes, só 318,2 milhões serão pagos este ano, já que a primeira tranche, de 262,2 milhões foram liquidados em setembro, a título de adiantamento sobre os lucros.

Entretanto, a Assembleia da República vai discutir a proibição da distribuição de dividendos na banca, garantindo que esta “se limita a ser um agente de um serviço público, de apoio à economia e às famílias”. O projeto de lei apresentado pelos comunistas considera ainda que, “tendo em conta a necessidade de garantir provisões para investimentos futuros que serão necessários para enfrentar a crise”, seja proibida “a distribuição de dividendos nas grandes empresas, permitindo que sejam distribuídos lucros apenas nas micro, pequenas e médias empresas, ainda que com limitações”. A proposta apresentada tem caráter temporário, “até ao final do ano em que cessem as medidas excepcionais e temporárias de resposta à epidemia SARS-CoV-2”, e resulta da situação que o país enfrenta, “ocasionada pelo surto epidémico”, de que resultou “uma inesperada e muito significativa desaceleração da economia”.

Contudo, o primeiro-ministro deu luz verde à distribuição de dividendos pela Galp. António Costa foi questionado pelo BE sobre como iria votar esta proposta no debate parlamentar. Para o líder do executivo, “não há razão para impedir as empresas de distribuírem dividendos se não tiverem beneficiado de nenhuma medida de auxílio do Estado”. No entender de António Costa, deve-se perturbar, o menos possível, a economia e as “expectativas legítimas”, dando como outros exemplos os magros aumentos previstos no Orçamento do Estado para a função pública e pensionistas.



UNIÃO EUROPEIA



As “respostas” europeias que tardam e falham

Filipe Guerra

Ao longo de décadas de integração europeia, realizaram-se transferências significativas de soberania e de instrumentos responsivos próprios dos estados para os órgãos e instituições europeias e transnacionais, em contextos de crise. Uma situação que origina dependência, na procura de soluções, dentro do quadro da EU, sabendo-se de antemão que os estados não estão todos em pé de igualdade, havendo prevalência dos estados do centro da Europa sobre os estados mais pequenos e periféricos. Assim, construíram-se laços de sobreposição de países e interesses económicos e financeiros de uns sobre outros, com difícil compatibilização.

O contexto de crise económica atual, por força dos impactos da pandemia covid-19, e devido às limitações construídas em países como Portugal, carece, no quadro da UE, de respostas solidárias e comuns. Contudo, os primeiros sinais não são positivos.

Do que se vai sabendo, o plano de recuperação sugerido pelo Eurogrupo e pela Comissão Europeia, acompanhado por sucessivas referências de responsáveis políticos ao “Plano Marshall”, confirma receios de uma revisitação do plano utilizado na

saída da 2ª Guerra Mundial que, à época, concentrou recursos precisamente nas principais potências europeias (já hoje, são as grandes beneficiárias do “projecto europeu”) e nos seus grandes grupos económicos e financeiros.

A reunião do Conselho Europeu de 23 de Abril também não augura as respostas necessárias. Do que já se conhece da reunião do Conselho europeu e das suas conclusões, é que este fica marcado, desde logo, pela divisão entre estados (e respetivos interesses), pela ausência e adiamento de medidas e soluções concretas. Concluiu-se com a referência a um “Fundo de Recuperação” sobre o qual, no entanto, se desconhecem montantes e condições e que, perigosamente, deixa em aberto a redução do Orçamento da UE, o que pode abrir campo à retirada a países como Portugal de verbas da coesão. Assim, no âmbito deste Fundo, importará saber o que receberá ou poderá receber Portugal, por um lado, e quanto lhe poderá ser retirado, por outro.

No âmbito do Conselho, a divergência essencial, sobre a composição do Fundo, prende-se com uma maior dependência de subvenções ou um maior recurso a empréstimos a distribuir pelos Estados-membros (solução mais gravosa para Portugal, pois somaria à dívida já existente).

Significativamente, a reunião do Con-

selho Europeu revelou o quadro de complexidade deste processo, os diferentes interesses em contradição e respetivos jogos de sombras. Por um lado, o primeiro-ministro dos Países Baixos, Mark Rutte, mostrou-se contrário às subvenções, mas deixou o odioso desse ataque a membros da “família socialista” como Suécia e Dinamarca, enquanto cautelosamente, a chanceler alemã, Angela Merkel, recatou uma posição para após a apresentação da proposta da Comissão Europeia para o Fundo de Recuperação. Não obstante, a reserva de posição de Merkel no Conselho, a emissão de dívida conjunta para financiar o Fundo foi a solução que Merkel já apontara em reunião no Bundestag.

A situação é realmente complexa, e o tempo urge. Receando-se que a resposta europeia à crise económica seja tão eficiente e pronta como tem sido à crise sanitária: uma nulidade. Ao caso, pior que uma nulidade, pode ser uma oportunidade para agudizar desigualdades entre estados, concentrando-se poder e meios económicos e financeiros e, conseqüentemente, aumentando assimetrias e injustiças sociais dentro dos países, numa situação progressivamente gravosa.

Será uma perigosa ilusão, para o país, a crença de que a resposta para os problemas nacionais pode ser encontrada no estrito

quadro da UE. Nem esta estrutura, nem os seus instrumentos políticos, têm essa vocação, pelo contrário. O que não significa que no quadro atual Portugal não se deva bater pelos seus objetivos próprios, plasmados na sua Constituição.

Ao nosso país importaria um reforço do Orçamento da União Europeia, que servisse para uma redistribuição de investimento, podendo ser feita uma efetiva coesão económica e social, que contrarie os desequilíbrios estruturais do funcionamento da UE e que permita que, internamente e soberanamente, os países respondam aos seus problemas. A Portugal não basta apenas que não existam corte nas verbas destinadas à coesão económica e social (com a saída do reino Unido, as contribuições de Portugal para o orçamento comunitário aumentam); o país precisa de acesso a financiamento em montantes e termos que não garroteiem o futuro do país. Justifica-se, assim, a possibilidade de financiamento direto do BCE aos Estados, nomeadamente através da compra direta de títulos da dívida pública nacionais, evitando a atual intermediação dos mercados financeiros, os ataques especulativos contra as dívidas soberanas e os lucros do capital financeiro à custa da redução das receitas que os Estados poderiam obter com uma venda direta de títulos da dívida ao BCE.

MÚSICA



Roda de Samba, do pintor brasileiro Antônio Gomide (1895-1967)

Da Bahia a Portugal: a faca no prato e o cravo ao peito

Maria Lis

O nordeste brasileiro, mais concretamente o estado da Bahia, guarda, nos seus quotidianos, segredos que não caberiam na extensão das palavras possíveis mas, entre eles, um hábito bonito de dizer o que há para dizer, fazendo uso dos veículos mais simples.

Seja no meio da rua, na beira da praia, no jardim público, na sala ou no quintal de alguém, basta que se juntem um punhado de pessoas para que surja música e, com ela, a mais subtil forma de protesto através da alegria.

Dispostos a partir de uma roda central, as pessoas tocam, batem palmas, cantam, e sobretudo dançam, aparentemente indiferentes à passagem do tempo. Os lugares

parecem transformar-se progressivamente em altares onde cada corpo faz o seu culto e cada voz a sua oração.

Apesar das manifestações musicais serem de uma diversidade ampla, são sobretudo comuns as rodas de samba ou samba de roda. Os presentes percebem como se tratam de palavras tão novas quanto antigas, são músicas que se tocam desde 1850 e que contêm a miscigenação absoluta daquelas pessoas.

Aprendi que se divide em duas formas, o samba chula e o samba corrido. Se for samba chula, ninguém dança enquanto é declamada a chula (uma poesia) e depois de dita, uma pessoa de cada vez ocupa o centro da roda, ao som dos instrumentos e das palmas. Se for samba corrido, todos dançam, enquanto se alternam as vozes que cantam.

As rodas de samba que por lá pude ver foram anzóis

certeiros à minha atenção. E posteriormente conservada no sal grosso dos sons quentes e esperançosos que ouvi, fez com que me dedicasse a procurar o que fosse possível encontrar sobre estes momentos. Foi assim que tropecei na voz de Dona Edith do Prato, amiga íntima de Dona Canô e ama de leite dos irmãos Veloso (sim, a Bethânia e o Caetano).

Edith do Prato tocava todas as suas músicas fazendo soar uma faca a bater num prato. Apesar de serem músicas do domínio popular, ela cunhava-as com um traço de singular maestria e acabou por gravá-las numa coleção com o coral Vozes da Purificação.

Também podemos ouvi-la no álbum de 1973, *Araçá Azul*, de Caetano Veloso com a música *Viola meu bem*, ou na chula *Filosofia Pura*, que gravou para o álbum *Ciclo de Maria Bethânia*, em 1983. Assim, ouvi-la não será tarefa demasiado difícil, basta uma rápida procura que se encontrará o tesouro.

O que sem dúvida se pode reter é a extraordinária capacidade de fazer do corpo e da voz veículos insubstituíveis de protesto e combatividade. Um protesto alegre mas simultaneamente profundo e afado - nenhuma afição se detém na garganta, mas são antes expostas e exaltadas pelo grupo que toca, canta e dança.

Não é casual que no samba-protesto se pousem, por estes últimos dias de Abril, os pensamentos. Foi justamente a convocação dessa alegria, da necessária confiança no porvir e na força do colectivo que nos trouxe à janela para cantar a *Grândola Vila Morena* do José Afonso, no dia 25.

Transportados pela mesma exaltação e urgência de transformação social de há 46 anos atrás, cada um de nós pôde, desta forma, reduzir distâncias e unir a sua centelha e comprometimento aos demais.

Cantar a música que no passado foi senha, serviu certamente para que lhe tenhamos renovado os votos. Votos de um sentido de justiça comum que a cada ano que passa parece aumentar a sua ausência, deste cantinho de terra com brisa de mar.

Que seja pois alegre e confiante no porvir, a luta tão necessária.

Sugestões culturais

25 de Abril, na Cinemateca



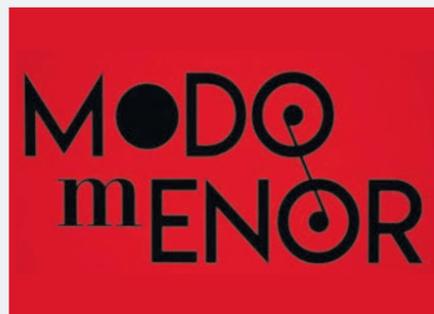
Para assinar os 46 anos do 25 de Abril, a Cinemateca Portuguesa disponibiliza um conjunto de filmes alusivos à revolução dos cravos. Destacamos a impressionante versão restaurada de *As Armas e o Povo* (1975) e a programação para os mais novos, com o filme *Amanhã*, de Solveig Nordlund e *Se a Memória Existe*, de João Botelho. Todos os filmes estão acessíveis até 14 de maio, em 25deabril.cinemateca.pt/

Arte em casa



O Museu Nacional de Arte Antiga está encerrado ao público mas, através da plataforma Google Arts&Culture, é possível participar numa viagem virtual pelas coleções e (re)descobrir pormenores nas peças do seu acervo. Paralelamente, o museu disponibiliza, através das suas redes sociais, atualizações da sua programação e visitas guiadas em vídeo, bem como atividades para os mais novos.

Modo Menor



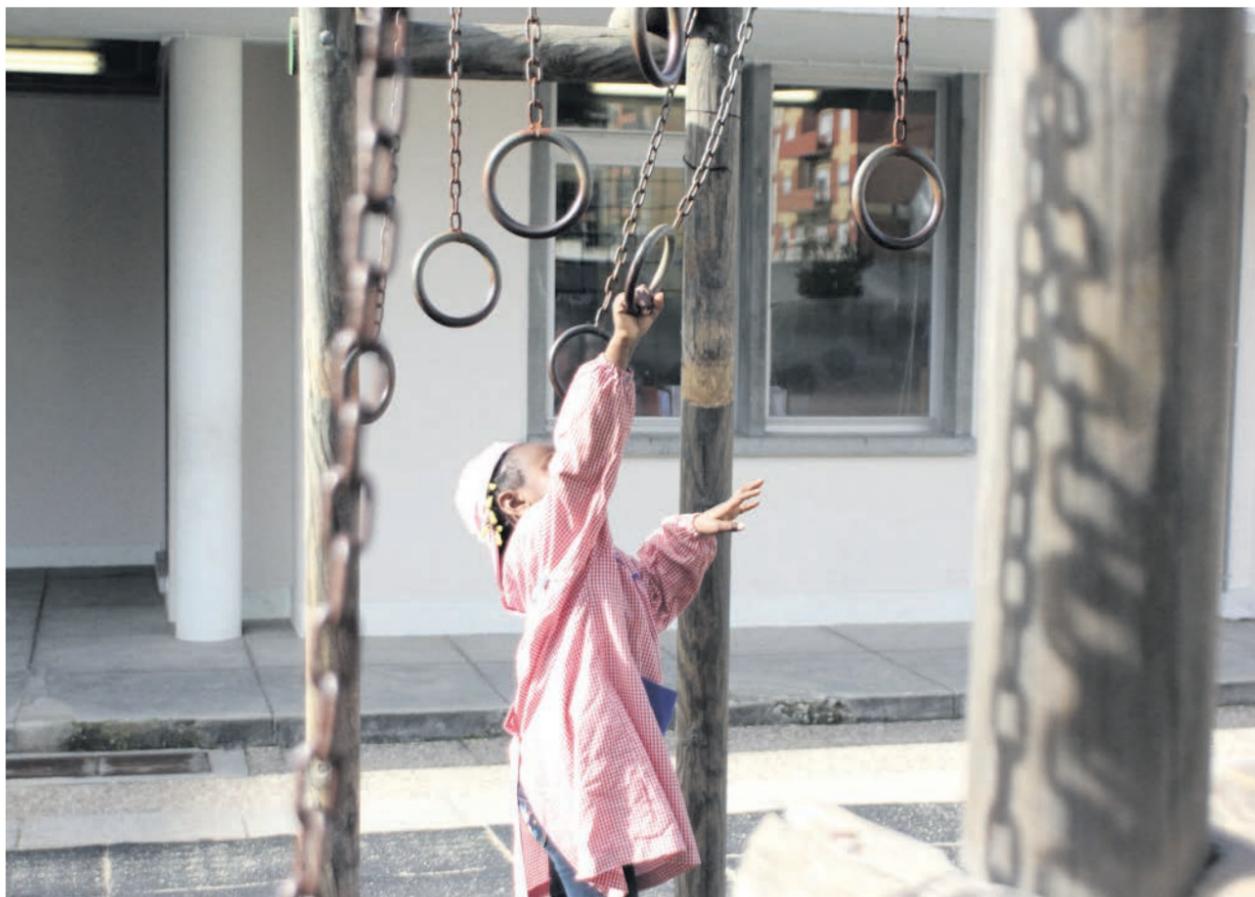
Está prestes a sair a 3.ª temporada do projeto musical para a infância da cantautora Vanessa Borges. Dia 5 de maio, chegam-nos novas 8 músicas, construídas por, para e com as crianças dos Espaços Educativos da Baixa da Banheira, Lavradio e Laranjeiro d' A Voz do Operário. Os vídeos serão publicados nas redes sociais projeto (facebook.com/modomenor/)

Os condenados da Terra, Frantz Fanon



Está disponível, na secção portuguesa da plataforma marxists.org, uma versão digital da edição portuguesa de «Os condenados da Terra» do revolucionário marxista Frantz Fanon. Quase 60 anos após a sua publicação, esta obra é um dos mais poderosos libelos acusatórios da brutalidade do colonialismo europeu e guia central do movimento de libertação dos povos colonizados. Disponível gratuitamente em marxists.org/portugues/fanon/1961/condenados/

VOZ DO OPERÁRIO



Covid-19 – Intervenção d’A Voz do Operário

A situação económica, social e política decorrente da pandemia do Covid-19 colocam à Voz do Operário exigências de intervenção que merecem ser sistematizadas do ponto de vista dos valores e objectivos da instituição para que se perceba melhor o já feito, o que está em curso e o futuro próximo.

Luís Caixeiro, vice-presidente da AG

1. Garantir o ensino, alargar os apoios sociais

Quem usufrui dos serviços d’A Voz não pode ficar desamparado quando mais precisa. Quando em meados de Março, o Governo decidiu encerrar as escolas, não estava clara a duração de tal decisão nem do impacto que viria a ter na vida das crianças e das suas famílias. Mas a Voz não hesitou. Num esforço tremendo de professores, auxiliares de acção educativa, psicólogos, administrativos e outros profissionais — em pouco mais de um fim de semana — colocou em funcionamento um “conjunto de estratégias” procurando “desde a primeira hora garantir que os nossos alunos, nos vários níveis de ensino, não ficassem desacompanhados”. Atente-se, nunca buscou um sistema de ensino à distância, mas sim, um “conjunto de estratégias tendo em vista o apoio às famílias e o acompanhamento dos alunos”.

A exigência foi, e continua a ser, grande, mas o permanente sentido de aperfeiçoamento, a reflexão e o contributo dos profissionais, dos pais e sobretudo das crianças têm permitido ir melhorando e adaptando o processo para que, a cada momento, melhor se responda às necessidades gerais e individuais das crianças.

Entretanto, A Voz do Operário é bem mais do que

uma escola. Aliás, talvez seja justo dizer, que é a escola que é porque é mais do que uma escola.

No plano social manteve-se o apoio domiciliário no na Graça/S. Vicente e freguesias limítrofes e no Laranjeiro, alargou-se o refeitório social para quase 100 refeições diárias e garantiram-se as refeições aos utentes do Centro de Convívio que passaram a estar em suas casas. Simultaneamente, foi-se respondendo a novas necessidades como a disponibilidade para, no Lavradio, assegurar a creche dos filhos dos trabalhadores das profissões consideradas essenciais ou a produção de equipamentos de protecção individual para hospitais, em cooperação com a Associação dos Comerciantes do Mercado de Santa Clara.

2. Assegurar o carácter solidário da instituição e garantir os direitos e os rendimentos dos trabalhadores

A Voz do Operário é uma Instituição Particular de Solidariedade Social de matriz operária e de classe. Os desenvolvimentos económicos e sociais e as opções políticas que fragilizam os trabalhadores e vastos sectores como os pequenos empresários, os artistas e os trabalhadores independentes levaram a que se avaliasse a real situação destes e se procurasse ajustar vários aspectos, desde logo a do pagamento das mensalidades da esco-

la. Em menos de dois meses foi possível, no seguimento de uma gestão rigorosa, criar as condições para uma redução muito significativa nas mensalidades pagas pelas famílias que viram reduzidos os seus rendimentos, enquanto se apela aos que mantêm a capacidade financeira para continuar a suportar solidariamente a totalidade da prestação. Ainda sobre esta matéria importa destacar que, como se afirma num comunicado aos pais “nunca nenhuma criança deixou de frequentar A Voz do Operário por dificuldades financeiras da sua família e certamente não será agora que tal vai acontecer”.

Por outro lado, a solidariedade não pode ser construída em contraponto aos direitos e rendimentos dos trabalhadores. O compromisso d’A Voz do Operário com os seus trabalhadores é correspondente ao que estes têm para com a instituição. É fundamental respeitar os seus direitos e salvaguardar os seus rendimentos. Foram gerações de trabalhadores dedicados que asseguraram parte substancial da iniciativa d’A Voz em quase século e meio; são os trabalhadores que hoje — em condições muito especiais — asseguram o funcionamento de um conjunto significativo de iniciativas; serão os trabalhadores que a assegurarão num futuro, que se quer muito próximo, a plena actividade da instituição.

3. Salvaguardar o presente e o futuro da instituição

A Voz do Operário é uma grande instituição e uma referência no plano nacional. Ao longo dos anos passou por períodos diversos, alguns deles marcados por grandes dificuldades de gestão e financeiras, não obstante sempre encontrou resposta na abnegação dos dirigentes, na dedicação dos trabalhadores, na força dos associados, na grandeza dos seus objectivos.

A Voz concretiza uma ampla actividade no ensino, com mais de 1200 alunos, no apoio domiciliário, na cantina social, no balneário público, no centro de convívio e num amplo leque de iniciativas associativas, culturais e editoriais. São mais de 200 trabalhadores e largas dezenas de associados e amigos d’A Voz que dão corpo a todo este magnífico movimento.

Hoje, com um orçamento anual superior a cinco milhões de euros (e ciente das responsabilidades que isso implica para com os utentes e trabalhadores), as exigências de gestão são muito significativas. Para lá do rigor necessário na gestão dos recursos e na prestação de contas, requer-se uma imaginação constante para desenvolver iniciativas que permitam gerar mais e diversificadas receitas para fazer face às necessidades crescentes. A título de exemplo refira-se que só para as escolas, A Voz tem de gerar anualmente mais de 55 mil euros para equilibrar as contas. A alternativa a este cenário seria sobrecarregar as famílias, sobretudo as de menores recursos.

Neste quadro de confinamento torna-se mais complexo gerar receitas em actividades como o aluguer de espaços e a realização de iniciativas. Assim, é ainda mais premente que, por um lado, as instituições que estão em dívida para com A Voz, como é o caso da Câmara Municipal de Lisboa em mais de 200 mil euros, agilizem os respectivos pagamentos e, por outro lado, o Governo tome medidas urgentes e excepcionais que salvaguardem a situação financeira das IPSS e apoiem as famílias.

É, portanto, na encruzilhada destes três fatores: garantir a sua acção fundamental; ser solidária e defender os trabalhadores; gerir com rigor e reivindicar o que lhe é devido, que assentam os pilares da acção d’A Voz. Foi assim que construiu a sua História, será assim que marcará o seu futuro.